

Mulheres do oitocentos: uma análise das “Páginas para Senhoras” do periódico *O Novo Mundo* (1870 –1879)¹

WOMEN OF THE 19TH CENTURY: AN ANALYSIS OF THE “PÁGINAS PARA SENHORAS” OF THE PERIODICAL O NOVO MUNDO (1870-1879)

JULIA FERRAREZI PETRATO²
SILVANA MOTA BARBOSA³

DOI:

ENVIADO EM: March 13, 2023

APROVADO EM: September 5, 2023

RESUMO

O jornal *O Novo Mundo*, criado e editado pelo brasileiro José Carlos Rodrigues, publicado em Nova York entre 1870 e 1879, chegava às terras brasileiras com novas demandas e oportunidades, devido à grande influência da comunicação do periódico. O presente trabalho procura analisar uma seção específica do periódico denominada “Páginas para Senhoras” que começa a ser publicada em 1876, mas não é uma seção continuada, ou seja, não está presente em todas as edições posteriores. Chama atenção que o primeiro artigo publicado é sobre o *sufrágio mulheril* nos Estados Unidos da América, tema ainda pouco tratado em outros periódicos que circulavam no Brasil. Buscaremos compreender as diversas formas de impacto da imprensa na sociedade brasileira dos oitocentos, a partir de uma noção de história que contempla as análises de gênero como uma categoria fundamental de análise, como colocado por Joan Scott. Entende-se, além disso, que a experiência vivida por mulheres dos oitocentos são fatos que precisam ser descritos considerando-as como “sujeitos históricos concretos”. Dito isso, o objetivo geral deste artigo é refletir em torno das publicações de artigos nas “Páginas para Senhoras” e o impacto dessas produções no pensamento feminino

¹ Esse artigo é fruto do projeto de iniciação científica “Imprensa e trocas culturais entre brasileiros nos Estados Unidos (1870-1879)” orientado pela Prof^a Dr^a Silvana Mota Barbosa e financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq –2021/2022)

² Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: juliaferrarezipetrato@gmail.com

³ Professora titular de História Contemporânea da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: silmotabarbosa@uol.com.br

em busca de emancipação no Brasil e nos Estados Unidos, pensando em uma abordagem descritiva e analítica, como sugere Louise Tilly, que coloque questões que são colocadas em outros domínios da História em uma abordagem que converse com a História Política e Social.

Palavras-chave: Sufrágio. O Novo Mundo. Imprensa. História das Mulheres.

ABSTRACT

The newspaper O Novo Mundo, created and edited by the Brazilian José Carlos Rodrigues, published in New York between 1870 and 1879, reached Brazilian lands with new demands and opportunities, due to the great influence of the periodical's communication. The present work seeks to analyze a specific section of the periodical called "Páginas para Senhoras" which begins to be published in 1874, but it is not a continuous section, it is not present in all subsequent editions. It is noteworthy that the first published article is about women's suffrage in the United States of America, something that differs from other journals that circulated in Brazil. We will seek to understand the various forms of impact of the press on Brazilian society in the 1800s, based on the notion that contemplates gender analysis as a fundamental category for historiography, as proposed by Joan Scott. Understanding, moreover, that the lived experience of women in the 19th century are facts that need to be described considering them as "concrete historical subjects". That said, the general objective of this article is to reflect on the publication of articles in "Páginas para Senhoras" and the impact of these productions on female thought in search of emancipation in Brazil and the United States, thinking about a descriptive and analytical approach, as suggests Louise Tilly, who poses questions that are raised in other fields of History in an approach that converses with Political and Social History.

Keywords: Suffrage. O Novo Mundo. Press. Women's History.

1 INTRODUÇÃO

A história do século XIX está cercada por acontecimentos marcantes e revolucionários. Não é diferente quando pensamos na presença das mulheres que atuaram nesse processo. No entanto, é evidente a falta de análises que contribuam para a construção de uma história social e política a partir de um olhar

para diferentes fontes. A análise da eclosão desses acontecimentos para além do protagonismo dos homens ainda é pouco exercida. A mesma problemática pode ser entendida também ao observarmos a história social e política das mulheres e outros grupos sociais historicamente marginalizados.

A presença das mulheres em todos os processos históricos possui sua singularidade e é a marca para a contribuição da escrita de uma História que sempre foi silenciada, ou seja, a falta proposital e cultural de seu esquecimento enquanto elementos imprescindíveis para construção de uma sociedade e rupturas políticas e sociais, enquanto sujeitos que compreendem o espaço e agem em torno do contexto em que está inserida. Segundo Louise Tilly,

A contribuição particular da história das mulheres foi a de reorientar o interesse pelas pessoas comuns do passado - motor da história social - na direção das mulheres e das suas relações sociais, econômicas e políticas. Fazendo isto, os(as) historiadores(as) das mulheres utilizaram o método chave da história social: a biografia coletiva, agrupamento de descrições individuais, padronizadas de modo a traçar o retrato de um grupo inteiro e oferecer um meio de estudo das variações interindividuais (TILLY, 1994. p, 35).

Dessa forma, o presente artigo analisa a presença de artigos que abordam o sufrágio feminino nos Estados Unidos no periódico O Novo Mundo, fundado por José Carlos Rodrigues, entre os anos 1870 a 1879. Busca-se refletir sobre os processos do movimento sufragista estadunidense a partir das publicações do periódico, analisando os impactos e a narrativa sugerida pelo fundador.

Para além de observar a história das mulheres enquanto agentes sociais, também é preciso construir o apelo em torno não somente de inserir as mulheres em acontecimentos históricos e integrá-las, por exemplo, como parte de um processo revolucionário, mas também compreender e analisar o vínculo desses acontecimentos com suas vidas para que seja possível reeducar os olhares e análises historiográficas a partir da perspectiva dos estudos de gênero.

Uma narrativa histórica nunca é neutra e, quando apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói no presente, o gênero. A história nesse caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história (PEDRO, 2011. p, 273).

A atuação das mulheres em diversos processos revolucionários na América não está relacionada imediatamente com a busca por uma emancipação política

e tentativas de serem incluídas no que era denominado, naquele período, como o Direito dos Homens. Durante esse processo, os interesses gerais estão mais vinculados à emancipação de seus países ou uma busca por uma moderação do poder dos colonos que os dominavam. Ou seja, é possível perceber ao analisarmos a história das mulheres ao longo do século XIX que existe uma construção constante da formação dos ideais emancipatórios que, ao final do século, são perceptíveis pois são tomados por vozes e figuras que lutam por essa causa.

Nesse sentido, é possível analisar as intensas lutas que marcam o processo político pela busca da emancipação política feminina ainda no século XIX. Para essa análise, fica ainda mais evidente a presença ao observarmos a eclosão de diversos periódicos - publicados ou não por mulheres - que explanam esses acontecimentos. O papel da imprensa oitocentista é fundamental para a busca e compreensão dos processos da emancipação feminina, devido a intensificação de artigos e publicações em ferramentas de comunicação. Segundo Michele Perrot

Por que as mulheres não pertenceriam à história? Tudo depende do sentido que se dê à palavra “história”. A história é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso. Os ingleses distinguem *story* de *history*. As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal (PERROT, 2019. p, 16).

Seguindo estas reflexões de Perrot, Tilly, Joana Maria Pedro buscamos trazer mulheres diversas para o centro da análise, demonstrando como foram sujeitas ativas na história. Trabalhamos com o periódico O Novo Mundo, mais precisamente com as publicações das “Páginas para Senhoras”, com a tentativa de compreender a circulação dos ideais sufragistas dos Estados Unidos que chegavam até o Brasil.

Em outubro de 1874, o periódico O Novo Mundo, fundado por José Carlos Rodrigues, em 1870, na cidade de Nova York, trouxe em suas páginas uma nova seção, a Página para Senhoras, destinada ao público feminino, cujo primeiro artigo trata do ensino superior das mulheres, mas ficava claro que seu propósito era fazer propaganda para a Universidade de Vassar que abriria vagas para as estudantes.

O assunto da educação superior ainda é prematuro no Brasil, onde apenas se iniciou a da escola primária e onde tão pouco temos feito para educar meninas. Mas a experiência do Vassar College deduz-se mais uma vez que a mulher é capaz de instrução superior bastante sólida (O Novo Mundo, outubro de 1874).

A princípio, ainda cercada de estereótipos e formas de diminuição dos saberes das mulheres, é possível observar que na primeira seção as escolhas editoriais circulam em torno do tal “universo feminino”, com textos sobre música, teatro, moda e literatura. Ou seja, era aquilo que o editor, homem, considerava como interesse das mulheres. Entretanto, com o passar das edições, o jornal torna-se mais politizado em suas escolhas, tendo em vista a intensa movimentação das sufragistas estadunidenses buscando por direitos, foco de artigos publicados na seção.

Como o periódico é conhecido por ser um espaço de sociabilidade entre brasileiros nos Estados Unidos e, além de ser publicado em língua portuguesa, elabora um papel propagador do modo de vida estadunidense para que mais brasileiros se interessem em migrar para o novo mundo. É possível perceber a intenção de tornar o movimento sufragista conhecido para os brasileiros, com o propósito de indicar o “progresso” ocorrendo no território. Através dessa conexão que se dá entre o Brasil e os Estados Unidos a partir dos laços comerciais, José Carlos Rodrigues constrói, de certa forma, uma ponte que transporta tais informações.

O periódico tem múltiplas facetas, entre elas, a tentativa de participar do debate em torno da identidade nacional. Não por acaso, publicou o famoso artigo de Machado de Assis, Instinto de Nacionalidade. Talvez este envolvimento do periódico com o universo das letras no Brasil tenha sido fruto da presença de outro brasileiro na redação, além de José Carlos Rodrigues. Tratava-se do poeta maranhense Joaquim de Sousa Andrade, o Sousândrade. (BARBOSA, 2022). Tanto Machado, quanto o jornal, buscavam de certa forma equilibrar os temas, tratavam de assuntos nacionais, mas também discutiam temas universais. Equilibrar o que era nacional, e aquilo que superava as fronteiras da nação.

O presente artigo justifica-se pela necessidade de se buscar novas formas de pensar a história a partir de um protagonismo feminino. Embora a fonte escolhida seja um periódico publicado por um homem, é preciso compreender seu

espaço de circulação e o posicionamento do editor nas publicações das “Páginas para Senhoras”. Essa pesquisa diz respeito à importância do tema para a própria historiografia. Assim como os estudos de gênero vem se expandindo e sendo colocados como fatores essenciais para a pesquisa histórica na atualidade, os estudos que abordam as mídias, como a imprensa jornalística e os periódicos do século XIX, também precisam ser intensificados para se compreender a formação e a atuação política das mulheres em busca do sufrágio nesse período.

A “Página para Senhoras” no periódico tem bastante relevância no sentido de que se diferencia das demais seções direcionadas às mulheres de diversos outros jornais em circulação. O primeiro artigo publicado se destina à educação das mulheres nos Estados Unidos, forma que o editor encontra de trazer ainda mais impacto para a leitura e cumprir com a tradição do jornal de propagar tais informações. Na segunda edição da página, em 1874, a primeira publicação é sobre o sufrágio mulheril e, em seguida, “A agitação pelos direitos mulheris”, local onde o editor disserta sobre as opiniões em torno o movimento das mulheres na Inglaterra e nos Estados Unidos em busca pelo voto.

2 METODOLOGIA

Robert Darnton, no prefácio para *Boêmia Literária e Revolução*, 1982, sugeriu a adoção do que nomeava como “gênero híbrido”, uma história social das ideias. Seguindo esta perspectiva de um hibridismo, utilizamos aqui a ideia de uma “história social da política”. O tema pode ser melhor compreendido em artigo publicado recentemente com o título “Da história política a uma história social da política: uma definição”, mas a ideia é basicamente sair da ênfase discursiva comum à história política e pensar os sujeitos e suas as práticas. (BARBOSA, 2020, b) Tendo como objeto e fonte a imprensa publicada nos Estados Unidos, em língua portuguesa, na segunda metade do século XIX, busca-se compreender a presença das mulheres e sua atuação no tempo.

Pode-se dizer que a “imprensa feminina” surge ainda no século XVIII especializada em “assuntos femininos” como moda, costura, partituras e outros. É possível notar que a escrita destes jornais e revistas era majoritariamente masculina, mas pouco a pouco mulheres passaram a tomar frente das

publicações. É importante dizer que a fonte escolhida para a seguinte pesquisa é um jornal composto por figuras masculinas, editado, publicado, escrito e, majoritariamente, lido por homens. Entretanto, é possível perceber que, embora grande parte dos periódicos sejam publicados por homens ainda no final do século XIX, principalmente aqueles publicados em língua portuguesa nos EUA, também existem jornais cujos artigos são elaborados também para o público feminino.

Para essa pesquisa é preciso delimitar um método de análise que evidencie e coloque como papel principal dessa pesquisa os recortes de gênero, raça e classe, tendo em vista a proporção da exclusão das mulheres na sociedade brasileira, ainda mais mulheres negras e escravizadas, dentro de um contexto temporal no qual ainda não havia sido conquistada a abolição da escravização de pessoas. Portanto, é necessário compreender o contexto da luta das mulheres pelo sufrágio nos Estados Unidos, além dos debates sobre a escravidão e abolição no território, a condição das mulheres brancas, negras e periféricas a partir desse marco.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Páginas para Senhoras e o sufrágio mulheril

É possível encontrar com certa frequência a presença de artigos que mencionam e, de certa forma, divulgam a existência de jornais fundados e publicados por mulheres estadunidenses com prestígio. Como o debate em torno do sufrágio em voga no período, os leitores e leitoras do Novo Mundo têm acesso a muitas opções de leituras apresentadas pelo editor, como o Woodhull & Claflin's weekly, publicado em Nova York, de Victoria Woodhull e Tennessee Claflin - sendo Woodhull a primeira mulher a se candidatar à presidência dos Estados Unidos, em 1872. O Woman's journal, fundado por Lucy Stone, todas ativistas pelo sufrágio.

A seção voltada para as mulheres não foi frequente, muito menos iniciada em conjunto com a primeira publicação do jornal em 1870. Somente em 1874, na edição de número quarenta e nove, O Novo Mundo inicia essa trajetória que ainda não seria contínua tendo em vista que existem espaços entre a presença das páginas após três edições contínuas de conteúdo voltado ao público. As páginas

para senhoras são publicadas em sete edições do jornal, sendo a última em maio de 1879.

As três primeiras edições despertam um olhar atento e de curiosidade aos leitores assim que publicadas. Isso se dá por se diferenciarem da maior parte de outros periódicos que destinam uma seção de suas páginas às mulheres, tendo em vista que O Novo Mundo atribui, mesmo sob a direção de um homem, artigos com debates políticos intensos, mesmo que ainda existam publicações voltadas para música, teatro, literatura e costura, como de costume.

Na publicação de número cinquenta do periódico, a Página para Senhoras tem como seu primeiro artigo o *Suffragio Mulheril*, cujo objetivo era trazer ao debate a busca pelo voto na Inglaterra e relatar as experiências vividas também nos Estados Unidos. Segundo o editor, a publicação era destinada às leitoras que tinham interesse em saber o que acontecia no novo mundo sobre os interesses femininos, e, junto a isso, informá-las dos argumentos contrários ao movimento. Um dos maiores argumentos contrários ao sufrágio, para o editor, seria o que “a mulher não ama a liberdade nem instituições livres; que a sua fraqueza, todo o seu organismo altamente nervoso, se guia mais pelos impulsos do coração do que pela razão” (O Novo Mundo, novembro de 1874), mas, a posição do jornal defende o movimento com o seguinte argumento

O argumento, pois, é todo especulativo: a constituição mental da mulher varia tanto como a do homem, nas diversas latitudes. Mas, supondo que ela com efeito não se abale com as instituições livres, não há milhares e milhões de homens em cada estado que também não se abalam por elas e entretanto votam? (O Novo Mundo, novembro de 1874).

Dentro desse mesmo artigo, é curioso observar uma crítica ao Império brasileiro, o que ocorre no percurso de muitas publicações do periódico, mais direcionada, nesse momento, ao sistema escravista brasileiro. Destacam que não faz sentido pensar em sufrágio feminino no Brasil enquanto existisse escravidão, ou seja, isso seria o contrário do que se reconhece como progresso. Portanto, sobre a possibilidade do sufrágio feminino no Brasil, diz

Posto que ela ainda não nos interesse imediatamente, no grau de civilização em que nos achamos, tendo ainda a escravidão africana e a religiosa, cremos, contudo, que nossas leitoras estimarão saber quais os principais argumentos em que se estribar os que aceitam e os que repelem a ideia de conceder a mulher o direito do sufrágio (O Novo Mundo, novembro de 1874).

Nessa lógica, é preciso destacar alguns fatores. O primeiro é que na leitura do periódico, percebemos uma posição política liberal do que seria o real significado de progresso. Identificamos, portanto, uma série de escritos em torno do processo abolicionista que compreendem, na visão do jornal, que a mão de obra escravizada não seja economicamente viável. Não recriminam a desumanidade da prática, mas possuem um viés mercadológico buscando maiores benefícios para os senhores de fazendas. O segundo ponto a ser destacado é a intensa crítica adotada por José Carlos Rodrigues a D. Pedro II, algo que é constante ao longo dos anos de publicação. Sobre o sistema escravagista e a crítica à gestão do Império, afirma

Ora o sistema, dizemos nós por fim, que absorve todos os capitais do país, que impede a formação de novos, e que é pesado ao país e ao próprio lavrador, esse sistema não pode senão esperar o que está sofrendo agora, - um grande abalo no seu crédito (O Novo Mundo, novembro de 1870).

Dessa forma, o redator menciona um fator essencial para pensarmos o sentido de liberdade, dentro de um dos aspectos mais complexos do cenário brasileiro. A partir do trecho citado, percebemos a lógica liberal que compreendia que a escravidão não poderia mais ser praticada e defendida, mas podemos identificar a presença de uma lógica econômica na qual, ao mesmo tempo que defende a abolição, está reforçando muito mais seu viés lucrativo, e não a defesa da liberdade daqueles que em solo brasileiro foram desumanizados.

Dentro do cenário complexo no qual se insere o periódico, nossa análise busca captar as contradições inerentes do discurso adotado pela redação. As Páginas para Senhoras inaugura uma nova seção que contém escritos dedicados a defender o sufrágio estadunidense, mas compreende os limites estabelecidos no até então Império brasileiro. Ao mesmo tempo, o jornal adota um discurso que não propõe a liberdade como um todo, sem deixar margens para propostas simpáticas à abolição, mas sim em defesa do livre mercado visando maior lucro.

Dentro desse cenário, defendemos que o sistema escravista era, de fato, um fator que impossibilitava as liberdades. Não era possível pensar em liberdade enquanto pessoas eram diariamente escravizadas. Nesse sentido, entender essa chave diante da busca pelo direito ao voto feminino é essencial, principalmente quando analisamos o cenário estadunidense.

3.2 O movimento nos Estados Unidos

Delimitamos o nascimento do movimento sufragista nos Estados Unidos não a partir da convenção de Seneca Falls, em julho de 1848. Mas sim através da Convenção Antiescravagista Mundial, em 1840, realizada em Londres, que a partir da exclusão da participação das mulheres, demarcou o início de um novo movimento em busca da libertação feminina. Entretanto, o grande marco e reconhecimento da ascensão do movimento sufragista foi na Convenção de Seneca Falls.

As pautas discutidas, além do principal objetivo de promover a iniciação da busca pelo sufrágio e garantir apoio popular, foram orientadas por mulheres brancas e burguesas. Isso não significa retirar a importância dos debates exercidos, até mesmo porque a iniciativa promoveu o início do movimento, mas é preciso considerar as limitações dos discursos utilizados, já que não abrangiam a questão da libertação total e garantia dos direitos também para mulheres negras.

Com a participação de cerca de trezentas pessoas, o debate em torno do voto feminino foi apresentado, mas não houve unanimidade de apoio. No discurso que marcou o início da busca pelo direito, Frederick Douglass, defensor do movimento e um dos maiores responsáveis por sua propagação, diz:

Em respeito aos direitos políticos, defendemos que seja conferido às mulheres, de modo justo, tudo o que reivindicamos para os homens. Vamos além e expressamos nossa convicção de que todos os direitos políticos que podem ser exercidos pelos homens sejam igualmente conferidos às mulheres. Tudo o que distingue o homem como um ser inteligente e responsável é igualmente válido para a mulher, e, se um governo só é justo quando governa com consentimento livre dos governados, não há no mundo nenhum motivo para negar à mulher o exercício do direito de votar ou a participação na criação e na administração da lei do país. (DAVIS, 2016. p, 62)

O orador e também responsável por incorporar a busca pelo direito das mulheres à luta pela libertação negra foi recebido com entusiasmo por apoiadores, mas, em contrapartida, encontramos uma série de contradições do movimento que não incorpora a busca por tal liberdade durante o percurso.

A importância inestimável da Declaração de Seneca Falls residia em seu papel como expressão da consciência sobre os direitos das mulheres em meados do século XIX. (...) Entretanto, enquanto consumação exata da consciência do dilema das mulheres de classe média a declaração ignorava totalmente a difícil situação das mulheres brancas bem como a condição das mulheres negras tanto do Sul quanto do Norte. Em outras palavras, a Declaração de Seneca Falls propunha uma análise da condição feminina sem considerar as circunstâncias das mulheres que não pertenciam à classe social das autoras do documento (DAVIS, 2016, p, 66).

Anos mais tarde, ainda no processo pelo sufrágio, muitas mulheres brancas se reuniram pela defesa da não união das causas. Isso se deu por uma série de fatores, um deles seria o pensamento racista explícito que, ainda em uma posição de defesa dos direitos das mulheres, muitas ativistas não suportam dividi-los em igualdade com mulheres negras. Ao longo desse processo, ocorreu também a guerra civil americana, responsável por fragmentar as disputas entre os territórios e também contribuir para uma intensa segregação racial.

O movimento buscava defender, nesse período, que a reivindicação das mulheres brancas seria superior e mais plausível de ser aceita diante dos argumentos oferecidos por ativistas negras, o que revela um profundo vínculo ideológico racista. A questão também se estendia ao sufrágio do homem negro, com o argumento contraditório de que, ao ceder tal regalia, os mesmos seriam superiores às mulheres negras, portanto, as colocariam em uma situação ainda mais precária de submissão.

Essa breve apresentação do movimento em conjunto com as contradições da defesa de um direito tem como objetivo demonstrar a intensa segregação e falta participação política de todas as mulheres nos Estados Unidos devido a uma prática racista explícita. É possível perceber, com isso, que o país talvez não fosse, como José Carlos Rodrigues afirma ao longo de seu jornal, um lugar tão “civilizado” assim. É o retrato de um país cujos reflexos da abolição são nítidos, um projeto político de exclusão daquelas que sempre foram silenciadas.

4 CONCLUSÃO

A atual pesquisa analisa um recorte do periódico, tentando compreender as noções elaboradas pelo editor do que se entende enquanto movimento sufragista e os ideias de liberdade nos oitocentos. Circulamos ideias do cenário dos Estados

Unidos, do contexto do Brasil, das práticas políticas das mulheres do hemisfério norte, assim como das ideias dos editores do Novo Mundo. A partir desse projeto, fez-se importante o entendimento da imprensa como fonte histórica. Não se pode olhar apenas para o texto, para aquilo que foi publicado num determinado suporte. É necessário ampliar o olhar e compreender de onde se fala, e quem também fala. Neste sentido, pensar as vozes de mulheres na imprensa ainda é um caminho de pesquisa necessário. Mesmo sem assumir a redação do Novo Mundo, elas estavam ali, como autoras, vozes e leitoras. É preciso destacar, portanto, a necessidade de se elaborar novas pesquisas sobre a imprensa oitocentista que busque conhecer mais articulações sobre a temática e destacar as mulheres como agentes motores da história, pensando em uma abordagem descritiva e analítica, como sugere Louise Tilly. Nesse sentido, é também imprescindível destacar que os múltiplos sujeitos dessa história não podem ser silenciados. É certamente preciso ter o cuidado minucioso em compreender todo um contexto do tempo em que se inserem, cercadas pela desumanidade das práticas escravistas, e reconhecendo as complexidades e múltiplas formas do que é ser mulher no século XIX.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos demais pesquisadores e pesquisadoras vinculadas ao NEHSP (Núcleo de Estudos em História Social da Política), da UFJF, por criarem um espaço de pesquisa acolhedor e dinâmico. Agradecemos à PROPP pelo apoio, especialmente pela Bolsa de Iniciação Científica concedida. Também aos avaliadores, professores, discentes e demais participantes da SEMIC/UFJF-2022 que possibilitaram a divulgação da nossa pesquisa, bem como um proveitoso diálogo com outros trabalhos da área de Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Silvana Mota. Em busca do 'Novo Mundo': imprensa e trocas culturais entre brasileiros nos Estados Unidos (1867-1881). In: RIBEIRO, Gladys

Sabina; CARULA, Karoline (orgs). **Tensões políticas, cidadania e trabalho no longo Oitocentos**. São Paulo: Alameda, 2020 (a).

BARATA, Alexandre Mansur; SÁ, Luiz César de; BARBOSA, Silvana Mota. (ORGS) **Cruzando fronteiras: histórias no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

STANTON, Elizabeth Cady et al. (Ed.). **History of Woman Suffrage: 1883-1900**. New York: Fowler & Wells, 1902.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v. 24, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 12, p. 270-283, 2011.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 28-62, 1994.